



Resolução nº 017/2010-CEPE

Aprova o Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração Pública a distância.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que foi deliberado na reunião extraordinária do CEPE realizada no dia 24.06.2010 e considerando o que conta no processo nº 23129.002202/2010-25,

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração Pública a distância conforme anexo, que passa a integrar esta Resolução como se nela estivesse escrito.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando todas as disposições em contrário.

REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Boa Vista-RR, 25 de junho de 2010.

Manoel Alves Bezerra Júnior

Presidente do CEPE E/E



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELA DO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELA DO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA
EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA :
Prof^ª Dr^a. Eliane Moreira Sá de Souza – UFG
Coordenadora
Prof^ª Dr^a Neiva de Araújo Marques – UFMT
Prof. MSc. Oreste Preti – UFMT
Prof. Dr. Paulo Guedes – UFBA
EQUIPE DE ADAPITAÇÃO DO PROJETO PARA A UFRR :
Prof. MSc. Carlos Vicente Joaquim – UFRR
Prof. MSc. Luís Cláudio de Jesus Silva – UFRR



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

1 Dados de Identificação do Curso

a) Nome do Curso:

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

b) Proponente:

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFRR

c) Público-Alvo:

Concluintes do segundo grau, que residam nas regiões dos municípios Pólos de Apoio Presencial do Curso de Administração Pública da UAB, selecionados por meio de processo seletivo

(vestibular) de ingresso na Universidade Federal de Roraima.

d) Número de Vagas:

Serão ofertadas até 250 vagas, distribuídas nos Pólos de Apoio Presencial do Curso em Boa Vista - Roraima, com abrangência aos municípios circunvizinhos.

e) Forma de Ingresso:

Processo Seletivo - Vestibular

f) Duração do Curso:

Mínimo 8 e máximo 14 semestres para integralização curricular.

g) Previsão para início das atividades:

O início das atividades está prevista para o segundo semestre de 2010, conforme calendário acadêmico da UFRR.

2 Introdução

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as

ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e

interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – SEED,

estimula a oferta do curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas

Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercer a gestão na esfera regional,

nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado de Roraima, incluindo seus mais distantes municípios, a UFRR oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação

superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O projeto pedagógico do curso está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares Institucionais, entre eles:

I. *LDB* – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);

II. *DCN* – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, Bacharelado (Resolução

CNE/CES nº 4 de 13.07.2005);

III. *SINAES* – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração – Bacharelado estabelecem uma estrutura mínima para o projeto pedagógico do curso, contemplando os elementos

estruturais abaixo, os quais integram este projeto:

I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

II. condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV. formas de realização da interdisciplinaridade;



- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
- X. concepção e composição das atividades complementares;
- XI. inclusão de trabalho de conclusão de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em campo teórico-prático ou de formação profissional; e
- XII. especificação de cursos de pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, caracterizando a educação continuada.

O Curso de Administração Pública será ofertado na modalidade a distância. É importante compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à

simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes. Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua

experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na

trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Cabe esclarecer que nesse projeto não estão definidos os aspectos procedimentais para as IPES, no que diz respeito ao modelo de gestão e de organização do curso. Isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que está acenado aqui são os aspectos gerais sobre a modalidade de

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para que seja garantida a qualidade na formação profissional dos estudantes deste curso.

3. Caracterização Regional

O antigo Território Federal de Roraima foi transformado no atual Estado de Roraima, pelo art. nº 14 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira, promulgada em 1988.

O período de 5 de outubro de 1988 a 31 de dezembro de 1990 é considerado de transição de Território para Estado. O primeiro governador eleito a tomar posse, em 1º de janeiro de 1991, foi o

Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto.

O estado de Roraima deverá sofrer um desenvolvimento sócio-econômico bastante acelerado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



nos anos que se avizinham, para tanto uma série de fatores está se encaminhando na mesma direção, o que fatalmente resultará no crescimento da economia não só do estado, mas de toda a região. Hoje vivesse a realidade do abastecimento de energia elétrica a partir do complexo hidrelétrico de Guri, da Venezuela, o que propiciará a instalação de novas empresas dos segmentos de serviços e/ou comerciais, agropecuários e industriais, que estão se mobilizando nesse sentido. Além disso, o projeto “Arco Norte”, encabeçado pelo Governo Federal, deverá interligar, por via rododiferroviária, os países vizinhos da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O Estado do Amapá se ligará à Guiana Francesa e Roraima será ligado à República Cooperativista da Guiana. Com a interligação de projeto “Arco Norte”, Roraima deverá experimentar um surto de desenvolvimento marcado por intenso fluxo tanto turístico quanto de mercadorias. Outro projeto fundamental para estabelecer o alicerce para o desenvolvimento do estado é a recuperação da pavimentação da rodovia BR-174, que estabelece a ligação de Roraima com o Amazonas e com a Venezuela, fator primordial na viabilização da comunicação e interligação com outras regiões, iniciando um processo de melhoria na qualidade de vida do roraimense, bem como preparando uma estrutura viária que viabilize o escoamento (afluxo e refluxo) produtivo.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

O Estado de Roraima possui, atualmente uma boa infra-estrutura nos aspectos de educação, saúde e comunicação. No setor de educação, Roraima dispõe de uma estrutura satisfatória, tanto em qualidade física quanto em quantidade de edificações escolares na rede pública. E é um dos poucos estados que têm investido na formação de professores para atender comunidades especiais como as indígenas, a exemplo da UFRR.

Além da UFRR, o Estado de Roraima conta com cinco faculdades particulares e três Institutos de Ensino Superior, mantidos pelo Governo do Estado e o Instituto Tecnológico Federal – IFRR, todos na capital Boa Vista.

O Estado ainda dispõe de uma boa estrutura de formação profissionalizante, com a atuação dos SENAI, SENAR, SENAC, SESI, SEBRAE, SESCOOP, SEST/SENAT e a Escola de Governo. Dentro deste contexto, todo o processo de gestão passa a exigir um profissional de administração cada vez mais dotado de visão macroambiental e sistêmica, preparando-se para o enfrentamento de um cenário ampliando e capaz de exigir grandes decisões futuras, que passem,



inclusive, pelas questões do desenvolvimento sustentável.

4. Integração e Articulação da Educação a Distância da UFRR ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB

Especificamente, o curso de Administração Pública – EaD está planejado para ser ofertado, inicialmente, em 05 (cinco) Pólos de Apoio Presencial, conforme quadro abaixo:

1 Boa Vista

50

2 Caracarái

50

3 Mucajaí

50

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

4 Pacaraima

50

5 Rorainópolis

50

TOTAL

250

5 Aspectos Institucionais

A Universidade Federal de Roraima – UFRR foi criada pela Lei nº 7.363, de 12 de setembro de 1985, por iniciativa do Deputado Federal Mozarildo Cavalcanti, e instituída pelo Decreto nº 98.127, de

08 de setembro de 1989, do Presidente José Sarney.

Entre o decreto de instituição da UFRR e a primeira aula, em março de 1990, isto é, decorridos pouco mais de seis meses, muito aconteceu envolvendo os destinos da Universidade Federal de Roraima, a saber: uma Medida Provisória; duas Leis; dois Decretos; duas Portarias Ministeriais; dois

pareceres do Conselho Federal de Educação; vinte e duas resoluções do Gabinete do Reitor *pro tempore*; dez editais de Concursos Públicos; sessenta e três Concursos Públicos para pessoal Técnico Administrativo.

Deve ser enfatizado o fato de que essa foi a primeira experiência brasileira de criação de uma Universidade Federal a partir de basicamente nada. No dia 22 de setembro de 1989, foi designado um

Reitor *pro tempore*, Hamilton Gondim, que depois se tornaria o primeiro Reitor. Até o dia da primeira

contratação (08/MAR/90), existia formalmente, apenas um funcionário designado pelo Ministro da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



Educação e do Desporto para implementar a UFRR.

No dia 19 de março de 1990, a UFRR já contava com 59 professores, 96 funcionários e um Campus Universitário com dois pavilhões semiconstruídos, com área coberta de 5.600 metros quadrados, doada pelo Governo do ex-Território Federal de Roraima, e com um Plano Diretor Físico

encaminhado ao Ministério da Educação e do Desporto.

Não existindo, até 08 de março de 1990, outro funcionário além do Reitor *pro tempore* e, conseqüentemente, sem contar com os Conselhos Superiores da Universidade, foram editadas **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Resoluções criando Faculdades e Institutos, Departamentos, Cursos de Graduação (Licenciaturas Plenas e Bacharelados), aprovando estrutura curricular e normalizando o Vestibular, realizado em

janeiro de 1990.

Para iniciar os concursos públicos, para provimento de empregos de pessoal Docente e Técnico Administrativo, sem ainda contar com o Departamento de Recursos Humanos, na verdade, sem o auxílio de qualquer outro funcionário, o Reitor *pro tempore* editou Resoluções disciplinando os referidos concursos, definiu as áreas de conhecimento, determinou o conteúdo a ser examinado e designou as Bancas Examinadoras.

Após a contratação de pessoal e a matrícula dos alunos aprovados no primeiro Vestibular, foi iniciada a estruturação da UFRR, distribuindo os professores entre os Departamentos Didáticos e instalando os Conselhos Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão, compostos pelos professores

recém-contratados e sem experiência administrativa anterior, notadamente no tocante a Serviço Público Federal.

O mês de março de 1990 foi marcado por fatos fundamentalmente importantes para a UFRR.

Naquele mês foram iniciadas as atividades acadêmicas e administrativas de uma Universidade Federal

para a qual o Governo Federal não destinara mais de 100 mil cruzados novos como dotação, para pagamento de pessoal. Não havia perspectiva de orçamento, posto que a Proposta do Orçamento para o

ano de 1990 houvera sido encaminhada ao Congresso Nacional em 1989. Não obstante, por sugestão

do Ministério da Educação e do Desporto, foi aprovada Emenda ao Projeto de Lei de Orçamento alocando recursos para operacionalizar a implantação da UFRR, tendo tal Emenda sido aprovada e os

recursos respectivos sido incluídos na Programação Especial da respectiva Lei. Para completar o quadro de adversidades, naquele mês houve uma mudança não trivial na administração federal, com a

implantação de um novo plano econômico. Em abril, o Poder Executivo decidiu não utilizar a



Programação Especial, autorizada pelo Poder Legislativo. No entanto, todos os problemas do período de implantação foram completamente solucionados graças à compreensão, à paciência e ao espírito de pioneirismo e boa vontade da Comunidade Acadêmica, composta por professores, funcionários e alunos.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

A UFRR define sua personalidade acadêmica pelo arrojo, pelo dinamismo e por uma profunda preocupação social. Tudo isso levou a um processo rápido de consolidação e de ocupação de novos

terrenos de ação. Nossa Universidade já se fez presente em todos os municípios do Estado, levando o

ensino superior às áreas indígenas e desenvolvendo a maior campanha de alfabetização de que se tem

notícia no Brasil de hoje. A parceria junto aos poderes públicos e aos órgãos da sociedade é sistematicamente buscada e o intercâmbio com instituições acadêmicas do País e do exterior é estimulado.

Ao presidir o Protocolo de Integração da Universidade Amazônicas – PIAUL, a UFRR também contribui para o estreitamento dos laços de cooperação entre as universidades da Amazônia Legal brasileira.

5.1 Missão

Contribuir para o desenvolvimento do Estado de Roraima por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, elevando a qualidade de vida na região, sugerindo soluções para os desafios Amazônicos e

estimulando o conhecimento e convívio entre as muitas populações viventes nesse espaço fronteiriço.

5.2 Princípios e Valores

A especificidade da ação educativa se caracteriza, fundamentalmente, como a formação da consciência sobre a realidade humana e sobre o mundo que a cerca, como também na criação das condições sistemáticas que permitam ao homem a identificação de problemas e a busca de soluções

mais adequadas. Neste sentido, a ação educativa se define como forma de compreensão, interpretação e intervenção na realidade.

Estabelecer, portanto, uma proposta de ação para uma instituição de natureza educativa, no caso de uma universidade, depende, essencialmente, de sua tomada de posição política e filosófica,

depende, assim, da visão do ideal de homem e de sociedade que se quer construir. Este posicionamento



é que vai, por sua vez, apresentar uma definição sobre a ação educativa e sobre as características que

deve ter uma instituição desta natureza.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Neste sentido, a Universidade Federal de Roraima – UFRR, tendo como finalidade à formação de profissionais, aptos para a inserção nos diferentes setores sociais, apresenta como princípio político

e filosófico o desenvolvimento das capacidades de percepção, observação e intervenção na realidade

dinâmica e global, vista em suas dimensões: social, política, econômica, religiosa, jurídica e cultural e,

igualmente, no desenvolvimento das formas de representações desta mesma realidade, a fim de que

esses profissionais possam participar de forma ativa e efetiva do desenvolvimento da sociedade em que

se encontram inseridos.

6 Concepção do Curso Administração – EaD

6.1 Diretrizes Metodológicas para Formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;

III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;

IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e

V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

VI. Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

• ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

6.2 Dimensões de Formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

I. **epistemológica**: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e

II. **profissionalizante**: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

6.3 Aspectos do Curso

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da

ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público,

além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a

planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece três Linhas de Formação Específica (LFE), ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área

por ele escolhida.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Acenando para a educação continuada, por meio de um elo entre graduação e pós-graduação, serão ofertadas a critério de cada (IPES) três LFEs, sendo indicadas inicialmente as seguintes linhas:

- Linha de formação em Gestão Pública da Saúde;
- Linha de formação em Gestão Municipal;
- Linha de formação em Gestão Governamental.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da

gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

I. Transversalidade – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.

II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa

e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

III. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – que consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos V, VI, VII e VIII, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.



6.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não-governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

6.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

I. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.

II. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.

III. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao

dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.

IV. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.

V. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

VI. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-

obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.

VII. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente

e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

6.4 Perfil do Egresso

O curso de Administração da UFRR está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio

de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o

egresso às contingências da gestão pública.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido

no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições

plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos,

apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão

sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;

III. empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;

IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;

VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;

VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;



IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

6.5. Organização Curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e

municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)

para os Cursos de Administração:

I. Conteúdos de Formação Básica – relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Contabilidade Pública; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; e Políticas Públicas e Sociedade.

II. Conteúdos de Formação Profissional – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, por meio das disciplinas: Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias – abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados



nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração;
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.

IV. Conteúdos de Formação Complementar – estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o

enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas Informática para Administradores; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III.

As disciplinas Eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, de acordo com as respectivas ementas.

6.6 Carga Horária

A carga horária total do curso contempla 3.000 horas.

6.7 Matriz Curricular

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em oito Módulos e são de natureza:

I. Obrigatória – que garantem o perfil desejado para o egresso, totalizando 2400 horas.

II. Optativa – que, totalizando 180 horas, compreende: 60 horas relativas às disciplinas Informática para Administradores, Redação Oficial ou Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ofertadas nos Módulos I, II ou III; e 120 horas relativas às disciplinas que integram uma das linhas de formação específica do curso.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada a seguir:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária

Disciplinas Obrigatórias 160 2.400 80,0

• Conteúdos de Formação Básica (FB) 56 840 28



- Conteúdos de Formação Profissional (FP) 62 930 31
- Conteúdos de Formação Complementar (FC) 20 300 10
- Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas
Tecnologias (EQT) 12 180 06
- Conteúdos das Disciplinas Eletivas 10 150 05

Disciplinas Optativas 12 180 06

- Conteúdos de Formação Complementar (FC) 08 120 04
- Disciplina Optativa 04 60 02

Estágio Supervisionado 20 300 10

Atividades Complementares 08 120 04

Carga Horária Total do Curso 200 3.000 100

Outra forma de apresentar a distribuição da carga horária do curso recai sobre a ótica da administração geral ou pública, de acordo com o conteúdo e aplicações conferidos a cada disciplina. O

quadro a seguir sintetiza esta distribuição.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Administração Geral 98 1470 49

- Disciplinas Obrigatórias 94 1.410 47
- Disciplinas Optativas 04 60 02

Administração Pública 84 1260 42

- Disciplinas Obrigatórias 56 840 28
- Disciplinas Optativas (Linha de Formação
Específica)

08 120 04

- Estágio Supervisionado 20 300 10

Atividades Complementares e Disciplinas Eletivas 18 270 09

Total do Curso 200 3000 100

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da UFRR estão especificadas na tabela a seguir:

Matriz Curricular

Curso Bacharelado em Administração Pública

- 1 Administração Estratégica 4 60 FP Geral Obrigatória
- 2 Auditoria e Controladoria 4 60 FB Pub. Obrigatória
- 3 Ciência Política 4 60 FB Pub. Obrigatória



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



4 Contabilidade Geral 4 60 FB Geral Obrigatória

5 Contabilidade Pública 4 60 FB Pub. Obrigatória

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

6 Direito Administrativo 4 60 FB Pub. Obrigatória

7 Economia Brasileira 4 60 FB Pub. Obrigatória

8 Elaboração e Gestão de Projetos 4 60 FP Geral Obrigatória

9 Estado, Governo e Mercado 2 30 FC Pub. Obrigatória

10 Avaliação de Políticas Públicas 4 60 FC Pub. Obrigatória

11

Desenvolvimento e Mudanças no

Estado Brasileiro

4 60 FC Pub. Obrigatória

12 Estatística Aplicada à Administração 4 60 EQT Geral Obrigatória

13 Filosofia e Ética 4 60 FB Geral Obrigatória

14 Gestão Ambiental e Sustentabilidade 4 60 FC Geral Obrigatória

15 Gestão da Regulação 2 30 FP Pub. Obrigatória

16 Gestão de Operações e Logística I 4 60 FP Geral Obrigatória

17 Gestão de Operações e Logística II 4 60 FP Geral Obrigatória

18 Gestão de Pessoas no Setor Público 4 60 FP Pub. Obrigatória

19 Informática para Administradores 4 60 FC Geral Optativa

20

Instituições de Direito Público e

Privado

4 60 FB Geral Obrigatória

21 Introdução à Economia 4 60 FB Geral Obrigatória

22 Legislação Tributária e Comercial 4 60 FB Geral Obrigatória

23 Macroeconomia 4 60 FB Geral Obrigatória

24 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) 4 60 FC Geral Optativa

25

Matemática Financeira e Análise de

Investimentos

4 60 EQT Geral Obrigatória

26 Matemática para Administradores 4 60 EQT Geral Obrigatória

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

27

Metodologia de Estudo e de Pesquisa
em Administração

4 60 FC Geral Obrigatória

28 Negociação e Arbitragem 4 60 FP Geral Obrigatória

29 Orçamento Público 4 60 FP Pub. Obrigatória

30

Planejamento e Programação na Adm.
Pública

4 60 FP Pub. Obrigatória

31 Políticas Públicas e Sociedade 4 60 FB Pub. Obrigatória

32

Organização, Processos e Tomada
Decisão

4 60 FP Geral Obrigatória

33 Psicologia Organizacional 4 60 FB Geral Obrigatória

34 Redação Oficial 4 60 FC Geral Optativa

35 Relações Internacionais 4 60 FC Geral Obrigatória

36 Seminário Integrador 2 30 FC Geral Obrigatória

37 Seminário Temático I 2 30 FC Pub. Obrigatória

38 Seminário Temático II 2 30 FC Pub. Obrigatória

39 Seminário Temático III 2 30 FC Pub. Obrigatória

40

Seminário Temático I na LFE I / LFE II/
LFE III

2 30 FC Pub. Optativa

41

Seminário Temático II na LFE I / LFE II/
LFE III

2 30 FC Pub. Optativa

42

Seminário Temático III na LFE I / LFE II/
LFE III

2 30 FC Pub. Optativa

43

Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/
LFE III

2 30 FC Pub. Optativa

44

Sistemas de Informação e
Comunicação no Setor Público

4 60 FP Pub. Obrigatória

45 Sociologia Organizacional 4 60 FB Geral Obrigatória



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

46 Tecnologia e Inovação 4 60 FP Geral Obrigatória

47 Teoria das Finanças Públicas 4 60 FP Pub. Obrigatória

48 Teorias da Administração I 4 60 FP Geral Obrigatória

49 Teorias da Administração II 4 60 FP Geral Obrigatória

50 Teorias da Administração Pública 4 60 FP Pub. Obrigatória

FB Conteúdos de Formação Básica

FP Conteúdos de Formação Profissional

FC Conteúdos de Formação Complementar

EQT Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias

6.8 Conteúdo Programático

O ementário das disciplinas está definido no Anexo 2.

6.9 Disciplinas Eletivas

São disciplinas ofertadas a partir do 6º Módulo, cujos conteúdos remetem a temas emergentes e/ou possibilitam adequar a formação do gestor público à demanda regional.

6.10 Seminários Temáticos

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Seminários Temáticos. Foram pensados como um dos elementos

centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração. Em cada módulo do curso está prevista a realização de um Seminário Temático. O estudante

realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante

os encontros presenciais.

No Módulo 1, o Seminário Temático possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante como o curso na modalidade a distância, sendo nominado como



Seminário Integrador.

A partir do segundo Módulo os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando caráter

sistêmico do comportamento organizacional. Os Seminários Temáticos dos Módulos V, VI, VII e VII

constituem as Linhas de Formação Específica I, II e III, das quais uma deverá ser escolhida pelo estudante para complementar sua formação.

Nos Módulos II, III e IV o estudante realizará pesquisa e um diagnóstico sobre o campo da LFE I (Seminário Temático I), da LFE II (Seminário Temático II) e da LFE III (Seminário Temático III), o

que possibilitará a compreensão macro da Linha de Formação a ser escolhida. No Módulo V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Nos Seminários Temáticos seguintes o estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, etc. devendo

ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

6.11 Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado, totalizando 300 horas correspondentes a 10% do total de carga horária do curso, será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio da UFRR apresentado no

Anexo 4.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

As atividades de Estágio Supervisionado serão realizadas durante os Módulos V, VI, VII e VIII, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas aos Seminários Temáticos I, II, II e IV das

LFEs.

Assim, Pesquisa e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no

mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

6.12 Atividades Complementares

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 4% da carga horária total do curso e serão regulamentadas pela UFRR.

A oferta das atividades que as compreende será de livre escolha de cada IPES. Dentre elas



encontram-se:

- **Disciplinas Redação Oficial e Informática para Administradores:** podem ser ofertadas para os estudantes que não as escolheram como optativas.
- **Oficinas:** com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública. Devem ser aplicadas de forma presencial, podendo ser realizadas em cada módulo ou concentradas em módulos específicos.
- **Palestras:** cujos temas permeiem a gestão pública.
- **Visitas Técnicas.**

6.13 Atividades De Nivelamento

Para contribuir também com reforço de conteúdos básicos para os estudos quantitativos, será ofertado ao estudante a disciplina Matemática Básica, como conteúdo de nivelamento, que não integra

a matriz curricular, contudo reforça os estudos realizados no 2º grau.

7. Estrutura Administrativo-Pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da

complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender e da Administração Pública.

O paradigma positivista precisa ser substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de

aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas,

das relações. No campo da Administração fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de fidelização, de

gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”,

entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um

professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais



complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal Projeto – de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*), etc.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativopedagógica que contempla:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores: ligados ao programa de pós-graduação da IPES, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos; e
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;



A figura a seguir esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso:
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Figura 1: Componentes da ação formativa no curso de Administração Pública – a distância
Fonte: Adaptada de Preti (1996).

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando comprometida com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- **A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- **A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.

- **O trabalho cooperativo:** é fruto de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

7.1 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, aluno



bolsistas e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções

técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

7.2 Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos sugeridos:

I. Produção dos Materiais - Curso para capacitação do pessoal do corpo docente e de coordenação, para a produção de conteúdo para o curso. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

II. Formação de Tutores - Curso para capacitação dos tutores. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de execução administrativa do Curso de Administração.

III. Capacitação em Gestão de Educação a Distância – Curso para capacitação do pessoal técnico-administrativo

e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos

estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração.

IV. Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto

político-pedagógico

do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

8. Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de

interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processos de orientação e avaliação próprios;
- monitoramento do percurso do estudante; e
- criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, preveem:



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

8.1 Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física

e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na UFRR e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a UFRR.

8.2 Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico.

A estrutura pedagógica de EaD do Curso de Administração Pública conta com os seguintes atores:

- Coordenador do Curso;
- Coordenador de Estágio;
- Corpo técnico-administrativo
- Professores das Disciplinas;
- Tutores Presenciais; e
- Tutores a Distância.
-

Todos os atores da estrutura pedagógica de EaD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

8.3 Seleção de Professores Tutores

A seleção de tutores dar-se-á em conformidade com as normas da UAB/UFRR



8.4 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Administração Pública como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor

não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a resignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O

processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao

sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades

apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento re-constutivo, se reproduz o conhecimento

socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é

capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios

propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais

locais.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico



metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IPES antes do início do curso e ao longo do curso.

Como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Videoaulas;
- Telefone;
- e-mail; e
- Entre outros.

8.5 Encontros Presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas

incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

8.6 Controle da Produção e Distribuição do Material Didático

O controle da produção e distribuição do material didático será realizado por comissões da Universidade Aberta do Brasil e Coordenação do Curso na UFRR.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

9. Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e

organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas

aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do

material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

9.1 Avaliação dos Subsistemas de EaD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.



Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas,

professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

- Seminários;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- Trabalhos Individuais e Grupais;
- Casos;
- Exercícios;
- Participação em sala;
- Elaboração de Projetos;
- Exames Parciais e Globais; e
- *Position paper*.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

9.3. Avaliação de Aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física



do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo,

para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus

limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos

referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas conforme decisão do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão desta IES, Resolução 015/2006 – CEPE

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de

estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de

posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional

(dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

10. Processo de Comunicação-interação entre os Participantes

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação

e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- telefone;
- chat;
- web-conferência;
- entre outros meios eletrônicos.

Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados:

- fóruns;
- e-mails;
- entre outros meios eletrônicos.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de

construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

eminente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo 1

Sugestão de Fluxo

Filosofia e Ética Ciência Política
Teorias da Adm.
Pública
Teorias das
Finanças Públicas Planejamento e
Programação na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



Adm. Pública
Orçamento
Público
Auditoria e
Controladoria
Políticas Públicas
e Sociedade
Teorias da
Administração I
Teorias da
Administração II
Sociologia
Organizacional
Organização,
Processos e
Tomada Decisão
Gestão de
Pessoas no Setor
Público
Administração
Estratégica
Negociação e
Arbitragem
Gestão Ambiental
e Sustentabilidade
Introdução à
Economia Macroeconomia
Economia
Brasileira
Sistemas de
Informação e
Comunicação no
Setor Público
Gestão de
Operações e
Logística I Gestão de
Operações e
Logística II
Tecnologia e
Inovação
Relações
Internacionais
Psicologia
Organizacional
Contabilidade
Geral
Contabilidade
Pública



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



Estatística
Aplicada à
Administração
Matemática
Financeira e
Análise de
Investimento Elaboração e
Gestão de
Projetos
Avaliação de
Políticas Públicas Desenvolvimento
e Mudanças no
Estado brasileiro
Metodologia de
Estudo e de
Pesquisa em
Administração
Matemática para
Administradores
Instituições de
Direito Público e
Privado
Direito
Administrativo
Legislação
Tributária e
Comercial
Estado, Governo e
Mercado
Gestão da
Regulação
Seminário
Integrador
Seminário
Temático I
Seminário
Temático II
Seminário
Temático III
Seminário
Temático I na
LFE I
Seminário
Temático II na
LFE I
Seminário
Temático III na
LFE I



Seminário
Temático IV na
LFE I

Disciplinas Optativas

Seminário
Temático I na
LFE II

Seminário
Temático II na
LFE II

Seminário
Temático III na
LFE II

Seminário
Temático IV na
LFE II

Seminário
Temático I na LFE
III

Seminário
Temático II na
LFE III

Seminário
Temático III na
LFE III

Seminário
Temático IV na
LFE III

Estágio Curricular
Supervisionado I

Estágio Curricular
Supervisionado II

Estágio Curricular
Supervisionado III

Estágio Curricular
Supervisionado IV

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo 2

Ementário



As ementas referentes aos módulos da estrutura curricular apresentada constituem-se de:
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Módulo 1

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

FILOSOFIA E ÉTICA – 60 horas – 4 créditos

Ementa:

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia.

Conceito de

ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais.

Ética e “ética profissional”. Ética e política.

Referências Básicas

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. (NB: Esta obra, além de ser boa em si,

está disponível integralmente em *sites* da Internet).

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Referências Complementares

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. *O que é filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto - Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
INTRODUÇÃO À ECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balanço de pagamentos. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Referências Básicas

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. *Introdução à economia* (Para Cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Tradução de Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. *Manual de introdução à economia*. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia* (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. *Economia*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de



coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Referências Básicas

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo:

Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo:

Atlas, 2007.

Referências Complementares

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo:

Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia para quem quer aprender*. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Carlos *et al.* *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez,

1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis:

Vozes, 2002.

SALOMON, Dêlcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos

modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com

os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito.

Processo

de liderança.

Referências Básicas



BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicodinâmica da Vida Organizacional*. São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicologia aplicada à administração de empresas*. 3. ed.

São Paulo: Atlas, 1982.

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Vol. 3. São Paulo:

Atlas, 1996.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. *Psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHEIN, Edgard H. *Psicologia organizacional*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I – 60 horas – 4 créditos

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu

papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes

competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e

Processo Administrativo. Novas tendências.

Referências Básicas

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução*

digital. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

Referências Complementares

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. *Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo*. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. *et al. Administração: teorias e processos*. São Paulo: Pearson Prentice

Hall, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. *Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração*.

Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.



_____. *Introdução à Teoria geral da administração*: uma visão abrangente da moderna administração

das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FARIA, José C. *Administração*: introdução ao estudo. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice

Hall do Brasil, 1999.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SEMINÁRIO INTEGRADOR – 30 horas – 2 créditos

Revisão conceitual voltada à análise ambiental e no estudo de culturas. Tectologia e níveis de decisão.

A Administração prática como ciência e arte. Integração dos pilares da administração e o mercado.

Adaptação do conteúdo vigente à realidade global

Referências Básicas

A ser definida de acordo com o direcionamento da ementa e o programa definido para cada período

semestral. Realização e participação em seminários, palestras e debates.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Módulo 2

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO



CIÊNCIA POLÍTICA – 60 horas – 4 créditos

O pensamento político clássico: o conceito clássico e moderno da política. Estado e sociedade. Liberalismo e Socialismo. Democracia direta e representativa. Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais;

Planejamento e tomada de decisões. Decisões políticas, estratégicas, táticas e operacionais, análise

política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade. Política, participação e informação.

Sistema

político clássico e contemporâneo e sua influência em políticas empresariais. Destacando a importância de seu conhecimento para a Administração e relacionando-os com a realidade política

brasileira atual.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do Jogo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Referências Complementares

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

LEO MAAR, Wolfgang. *O que é política*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. *Ciência política*. Brasília: Vestcon, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1992.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTABILIDADE GERAL – 60 horas – 4 créditos

Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade.

Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas:

registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço

patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil.

Análise das informações contábeis.

Referências Básicas

IUDICIBUS, Sérgio *et al.* *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações* (com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.



SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. *Contabilidade básica*. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

MACROECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos;

Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

Referências Básicas

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Referências Complementares

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. *Macroeconomia: teorias e aplicações*

à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006.

CARVALHO, José L. *et al. Fundamentos de economia: Macroeconomia*. v. 1, São Paulo: Cengage

Learnin, 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

Referências Básicas



BOULOS, Paulo. *Cálculo diferencial e integral*. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.
SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. *Matemática básica para decisões administrativas*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. *Cálculo com aplicações*. 4. ed.

Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. *Cálculo e suas múltiplas aplicações*. 3. ed. Rio de

Janeiro: Editora Campus, 1982.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II – 60 horas – 4 créditos

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema

administrativo e mudança organizacional.

Referências Básicas

MARTINS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência*

contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

Referências Complementares

MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. *Teoria geral da administração*. São

Paulo: Pioneira Thonsom, 2005.

SALDANHA, Clezio. *Introdução à gestão pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Arídio *et al.* *Sistemas de informação na administração pública*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WREN, Daniel A. *Idéias de administração: o pensamento clássico*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *Idéias de administração: o pensamento moderno*. São Paulo: Ática, 2007.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO



SEMINÁRIO TEMÁTICO I – 30 horas – 2 créditos

Revisão conceitual voltada à análise ambiental e no estudo de culturas. Tectologia e níveis de decisão.

A Administração prática como ciência e arte. Integração dos pilares da administração e o mercado.

Adaptação do conteúdo vigente à realidade global

Referências Básicas

A ser definida de acordo com o direcionamento da ementa e o programa definido para cada período

semestral. Realização e participação em seminários, palestras e debates.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Módulo 3

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTABILIDADE PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração.

Receita

e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis:

balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis.

Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade

pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

Referências Básicas

MOTA, Francisco Glauber Lima. *Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. Brasília: autor-editor, 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. *Contabilidade Pública: uma Abordagem da Administração Financeira Pública*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares



ANGELICO, João. *Contabilidade Pública*. São Paulo: Atlas, 1994.
CRUZ, Flavio da *et al.* *Comentários à Lei nº 4.320*: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. São Paulo, Atlas: 2008.
GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. São Paulo, Atlas, 2007.
KOHAMA, Helio. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.
MACHADO Jr., J. Teixeira. *A Lei 4.320 comentada*. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.
SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. São Paulo: Atlas, 2004.
SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal*. São Paulo: Atlas, 2003.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ECONOMIA BRASILEIRA – 60 horas – 4 créditos

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no

Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais.

Temas

emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores

socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Referências Básicas

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989)*. 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

WERNER, Baer. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 60 horas – 4 créditos

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado.

Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado:

Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As

Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado,

forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder

Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa.

Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

Referências Básicas

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen

Júris, 2009.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Complementares

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Malheiros, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de

relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel

social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e

comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

Referências Básicas

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. *Sociologia aplicada à administração*. São Paulo:

Saraiva, 2001.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia das organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1992.

HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. *Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas*

da liderança situacional. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. *Repensando as organizações*. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

STONER, James A. F. *Administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo,

burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº

19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e



da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação:
gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Referências Básicas

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do estado e da administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil*: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Complementares

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma*: reestruturação do estado e perda dos direitos.

São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do

“folclore” e o “fato”. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública*: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. *O que é burocracia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SEMINÁRIO TEMÁTICO II – 30 horas – 2 créditos

Revisão conceitual voltada à análise ambiental e no estudo de culturas. Tectologia e níveis de decisão.

A Administração prática como ciência e arte. Integração dos pilares da administração e o mercado.

Adaptação do conteúdo vigente à realidade global

Referências Básicas

A ser definida de acordo com o direcionamento da ementa e o programa definido para cada período

semestral. Realização e participação em seminários, palestras e debates.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Módulo 4

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO – 60 horas – 4 créditos

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas.

Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista.

Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo.

Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos.

Noções

Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público.

Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Referências Básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

Referências Complementares

ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. *Princípios constitucionais dos servidores públicos*. São Paulo: Saraiva, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto - Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações.

Testes de hipóteses.

Referências Básicas

BRUNI, Adriano Leal. *Estatística aplicada a gestão empresarial*. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. *Estatística para administração e economia*. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Referências Complementares

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. *Estatística básica*. São Paulo: Editora Atual, 2002.

COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. *Estatística aplicada*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. *Estatística: teoria e aplicações* (usando o Microsoft Excel em português). Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

PEDROSA, Antônio Carvalho; GAMA, Silvério M. A. *Introdução computacional à probabilidade e estatística*. Porto Editora, 2004.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – 60 horas –

4

créditos

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações

no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento



Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

Referências Básicas

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. *Gerenciamento de sistemas de informação*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
STAIR, Ralph M. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Referências Complementares

BOAR, Bernard. *Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico*. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002.
CASSARRO, Antonio Carlos. *Sistema de informações para tomada de decisões*. São Paulo: Pioneira, 1999.
LAURINDO, Fernando. *Tecnologia da informação: eficácia das organizações*. São Paulo: Futura, 2003.
O'BRIEN, James A. *Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 60 horas – 4 créditos

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

Referências Básicas

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.
RIANI, Flávio. *Economia do Setor Público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO – 60 horas –

4 créditos

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico.

Processos:

fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade,

responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos.

Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de

estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função

decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho.

Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

Referências Básicas

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. *Organização, sistemas e métodos*. São Paulo: Atlas, 2001.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. *Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério*. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

ARAÚJO. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *Organização, sistemas e métodos*. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. *Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão*. São Paulo: Makron Books, 1997.

RAMOS, Guerreiro Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das*

nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SIMON, Herbert Alexander. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

_____. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SEMINÁRIO TEMÁTICO III – 30 horas – 2 créditos

Revisão conceitual voltada à análise ambiental e no estudo de culturas. Tectologia e níveis de decisão.

A Administração prática como ciência e arte. Integração dos pilares da administração e o mercado.

Adaptação do conteúdo vigente à realidade global

Referências Básicas

A ser definida de acordo com o direcionamento da ementa e o programa definido para cada período

semestral. Realização e participação em seminários, palestras e debates.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Módulo 5

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I – 60 horas – 4 créditos

Evolução e conceitos de **logística** e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de

bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica

de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras.

Gestão de

fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

Referências Básicas



BALLOU, Ronald H.. *Logística Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos*. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

Referências Complementares

FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. *Administração de Materiais e do Patrimônio*. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.

KEEDI, Samir. *Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2003.

POZO, Hamilton. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística*. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, João, J. *Administração de Materiais: um enfoque prático*, São Paulo: Atlas, 2008.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores

públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas.

Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de

cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações

gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho.

Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no

serviço público.

Referências Básicas

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

ARAÚJO, Luís Cesar G. *Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional*. São Paulo: Atlas,



2006.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. *Administração de recursos humanos*.

São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. *Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações*: papel dos valores pessoais e da

justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina*: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência*: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMERCIAL – 60 horas – 4 créditos

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos

jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial/Comercial. Obrigações profissionais do

Empresário/Comerciante. Sociedades Empresariais/ Comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial. Envolve conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito

Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao

sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação

tributária federal, estadual e municipal.

Referências Básicas

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Curso de Direito Empresarial*. 2. ed. São Paulo: Jus Podium, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Referências Complementares

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito societário*. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. Vol. 2, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

RESTIFFE, Paulo Sérgio. *Manual do novo direito comercial*. São Paulo: Dialética, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto - Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO – 60 horas –

4 créditos

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa

em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de

avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.

Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática Financeira e suas aplicações*. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. *Matemática Financeira*. São Paulo:

Atlas,

2009.

Referências Complementares

ASSAF NETO; LIMA, Francisco Glauber. *Curso de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Rogério Gomes. *Matemática Comercial e Financeira*. São Paulo: Ática, 2007.

FARO, Clóvis F. *Fundamentos de matemática financeira*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PUCCINI, Abelardo Lima. *Matemática financeira objetiva e aplicada*. São Paulo: Saraiva, 2008.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas –

4

créditos

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais



de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

Referências Básicas

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor presidente: governantes governados*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

Referências Complementares

CARVALHO, Horácio M. *Introdução à teoria do planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUERTAS, Franco. *O método PES: entrevista com Matus*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

LAFER, Betty M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MATUS, Carlos. *Estratégias políticas*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Revisão conceitual voltada à análise ambiental e no estudo de culturas. Tectologia e níveis de decisão.

A Administração prática como ciência e arte. Integração dos pilares da administração e o mercado.

Adaptação do conteúdo vigente à realidade global

Referências Básicas

A ser definida de acordo com o direcionamento da ementa e o programa definido para cada período

semestral. Realização e participação em seminários, palestras e debates.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Módulo 6



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA – 60 horas – 4 créditos

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.

Referências Básicas

THOMPSON Jr., Arthur A.; STRICKLAND III, Alonzo J. *Planejamento estratégico: elaboração,*

implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

JOHNSON, Guerry; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. *Explorando a estratégia corporativa.* Porto Alegre: Bookman, 2007.

Referências Complementares

HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. *Administração estratégica: competitividade e globalização.* São Paulo: Thompson, 2008.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de

gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do

escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos

controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos.

Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto.



Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e

PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

Referências Básicas

CLEMENTE, Ademir (Org.). *Projetos empresariais e públicos*. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à*

revolução

digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. *Gerenciamento de projetos na*

prática

(casos brasileiros). São Paulo: Atlas, 2006.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. *Gestão de projetos*. São Paulo: Thomson, 2007.

CONTADOR, Cláudio R. *Projetos sociais: avaliação e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. *Trabalhando com projetos: planejamento e*

gestão de projetos educacionais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PMI. PMI-BOK – *Book of Knowledge*. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II – 60 horas – 4 créditos

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de

serviço.

Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações.

Gestão

de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores.

Melhoria

operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão

da rede

de operações e serviço.

Referências

ARNOLD Jr., Tony. *Administração de materiais: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHNSTON, Robert; CLARK, Grahlan. *Administração de Operações de Serviço*. São Paulo:

Atlas,

2002.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. *Administração de Serviços*. Porto

Alegre:

Bookman, 1998.

SLACK. Nigel *et al.* *Administração da Produção*. São Paulo: Atlas, 2002.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA



MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ORÇAMENTO PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário.

Elaboração

do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa.

Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Referências Básicas

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. *Gestão de Finanças*

Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na

alocação dos recursos públicos. *Anais do IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del*

Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2004. Disponível em:

<<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>.

FREITAS, Mário S. N. *Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia*

Análise e Dados. Salvador, 2003. Disponível em:

<http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf>.

pdf>.

GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em:

<www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf>.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. *Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas*, 2003. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>.

Acesso em: 9 abr. 2009.

SOUZA, Alexandre B. *Planejamento Governamental no Brasil*. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em:

<<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ESTADO, GOVERNO E MERCADO – 30 horas – 2 créditos

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado

e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista – a disciplina analisa criticamente as diversas

interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado,

governo e mercado.

Referências Básicas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo**: as

políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, p. 9-23, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e

Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?** “Quais as alternativas à democracia representativa?” São Paulo: Paz e Terra, p. 55-74, 1983.

GUIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. Introdução. São Paulo: UNESP, p. 9-30, 1996.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist

state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do

Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma y democracia: **Revista del CLAD**.

n. 9, p. 7-61, Out., 1997.

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Parte 3,

“O governo do capital”, p. 87-115, 1995.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, p.181-245, 1997. Cap. 6,

“A democracia vertical”

Referências Complementares

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**.



São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

Cap. 3 -

A democracia poliárquica.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa” São Paulo: Duas Cidades, p.67-117, 1978.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, São Paulo: Fundo

de Cultura, p. 366-393, 1965.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Rio de Janeiro: LCT, 1998.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Cia das Letras, p.141-165,1992. Cap. 7 “Democracia e socialismo”

WEFFORT, Francisco. Marx: política e revolução. In: WEFFORT, F. (Org.) **Os clássicos da política**. 6

ed. São Paulo: Ática, v. 2. p. 225-277, 1996.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE I, LFEII ou LFEIII – 30 horas – 2 créditos

Revisão conceitual voltada à análise ambiental e no estudo de culturas. Tectologia e níveis de decisão.

A Administração prática como ciência e arte. Integração dos pilares da administração e o mercado.

Adaptação do conteúdo vigente à realidade global



Referências Básicas

A ser definida de acordo com o direcionamento da ementa e o programa definido para cada período

semestral. Realização e participação em seminários, palestras e debates.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Módulo 7

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

AUDITORIA E CONTROLADORIA – 60 horas – 4 créditos

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e

transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão

governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

Referências Básicas

CRUZ, Flávio da. *Auditoria governamental*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darci. *Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão*. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. *Manual de auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 2003

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. *Controle interno nos municípios*. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

SLOMSKY, Valmor. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Gerson dos. *Manual de administração patrimonial*. Florianópolis: Papa-livro, 2003.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade governamental*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DA REGULAÇÃO – 30 horas – 2 créditos

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de

Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da

Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

Referências Básicas

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MOLL, Luiza Helena. *Agências de regulação do mercado*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

Referências Complementares

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *A organização e controle social das agências reguladoras: crítica*

aos anteprojetos de lei. Porto Alegre: ABAR, 2004.

CAMARGO, Ricardo A. L. *Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro*.

Porto Alegre: Fabris, 2000.

SALGADO, Lucia H. *A economia política da ação antitruste*. São Paulo: Singular, 1997.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, Economia e mercados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM – 60 horas – 4 créditos

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito;

o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback.

Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem;

o árbitro; a sentença arbitral.

Referências Básicas



CARMONA, Carlos A. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96*. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. *Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica*. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

BURBRIDGE, R. Marc *et al. Gestão de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHAL, Eugênio do *et al. Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FALJONE, Ademar. *Negociações sindicais: como negociar em tempos de globalização*. São Paulo:

Makron Books, 1998.

HIRATA, Renato H. *Estilos de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGRO, Maíra; BAETA, Zínia. *Guia valor econômico de arbitragem*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no

Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais.

As TICs em foco.

Referências Básicas

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). *Gestão integrada da inovação:*

estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2008.

TIGRE, Paulo Bastos. *Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares

BRUNO, Lúcia (Org.) *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto

Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

TARAPANOFF, Kira (Org.) *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: Editora UNB, 2001.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Editora



Senac, 2006.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 60 horas – 4 créditos

A disciplina apresenta esses dois enfoques do estudo das Políticas Públicas, mostrando como se deu a

sua gênese e desenvolvimento, estabelecendo suas diferenças em termos de objeto, metodologia, viés

ideológico, e explicitando as razões que fazem com que o Enfoque da Análise de Políticas seja mais

adequado aos propósitos da Gestão Pública. Seu objetivo central é capacitar o aluno a perceber as duas

faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado

(*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores

(*politics*). Para tanto, se apóia no estudo do ciclo da política ou do processo de elaboração da política

pública, entendido como o conjunto dos momentos de formulação, implementação e avaliação, através

de utilização de conceitos como conflito aberto, encoberto e latente, não-tomada de decisão, modelo

cognitivo, política simbólica.

Referências Básicas

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev.**

bras. Ci. Soc., v.14, n. 40, p.111-141, Jun. 1999.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, nº. 2, Abr/Jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís

(Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas.

Revista do Serviço Público, n. 1, Jan/Mar 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de vida e reformas sociais: o Brasil no cenário latino-americano.

Lua Nova, n. 31, p. 5-46, 1993.



DRAIBE, Sônia Miriam. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da

experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**, v.

11, n. 4, p. 3-15, Out/Dez 1997,

DUNN, William N. **Public policy analysis: an introduction**. 3 ed. Upper Saddle River, New Jersey:

Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11 ed. Upper Saddle River, New Jersey:

Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou contra-reforma na proteção social à saúde. **Lua Nova**, n. 40/41,

p.193-215,1997.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-1992. **Cadernos FUNDAP - Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, p. 59-102, Set/Dez, 1996.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental.

Revista

Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, nº. 23, Jun 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo estado de bem-estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, p.

187-204, 1998.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no setor de saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. **Cadernos ENAP**, nº.13, p. 79-112,1997.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados (USP)**, v. 5, n. 13, p. 7-

47, 1991.

MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del

siglo XXI. **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, p. 7 – 70, Out. 1999.

MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política.

Sociologias, ano 8, n. 16, p. 180-214, Jul/Dez 2006.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Brasília:



ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo

(Org.). **O Desmonte da Nação**: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, p. 133-152, 1999.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2 ed. Upper

Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.).

Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, p. 11-44, 1979. Cap. 1 “Teoria

social e análise de políticas públicas” e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social

brasileira”.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio

para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração**

Pública, v. 30, n. 2, p. 5-43, Mar/Abr, 1996.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Referências Complementares

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e análise**

de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na

Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de

políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, Nov, 2000.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist

state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do

Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, p. 71-123, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, e Cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Revisão conceitual voltada à análise ambiental e no estudo de culturas. Tectologia e níveis de decisão.

A Administração prática como ciência e arte. Integração dos pilares da administração e o mercado.

Adaptação do conteúdo vigente à realidade global

Referências Básicas

A ser definida de acordo com o direcionamento da ementa e o programa definido para cada período

semestral. Realização e participação em seminários, palestras e debates.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Módulo 8

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – 60 horas – 4 créditos

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um



desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos

Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental

Referências Básicas

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAITTE, David. *Desenvolvimento sustentável e*

gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. *Gestão*

Socioambiental Estratégica. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

Referências Complementares

BIDERMAN, Rachel *et al.* *Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf>. Acesso em: 12

mar. 2009.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas:

Papirus, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. *Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial*. São Paulo: Cultrix, 1999.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – 60 horas – 4 créditos

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e

privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de



Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia.
Histórico do

Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos:

parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia.

Implementação e

avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI.

Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas.

A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.

Referências Básicas

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). *Políticas Públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, vol.

2. 2006. Disponível em: <www.enap.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2009.

Referências Complementares

DAGNINO, Eveline. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). *Desenho institucional e*

participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 60 horas – 4 créditos

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado

o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles

que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e

não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

Referências Básicas

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são relações internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.



Referências Complementares

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006.

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). *Desafios da globalização*.

Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). *Cidades em relações internacionais*. São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). *Dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO ESTADO BRASILEIRO – 60 horas – 4 créditos

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um

conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a

economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam

ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim,

interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o

desenvolvimento desta disciplina.

Referências Básicas

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira.

São Paulo: HUCITEC, p.59-108, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o

federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, WILHEIM e SACHS (Org.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, p. 222-259, 2001.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova



ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. (Org.). **Reforma do Estado e democracia**

no Brasil. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-

1994. **DADOS**, v. 38, n. 3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964.** São Paulo: Alfa-Ômega, p.

83-104, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização”.

Referências Complementares

ALMEIDA, Maria H. T. **Federalismo e políticas sociais.** Rev. bras. Ci. Soc, v. 10, n. 28, p. 88-108, 1995.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. **Revista de**

Cultura e Política, vol., n. 69, 2006.

LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política

em mudança. **Dados**, v.34, n.3, p.311-348, 1991.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização**

dos recursos públicos. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional,**

1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III - O Brasil Republicano, Livro 1,



Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro.** São

Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana.** Rio

de Janeiro: José Olympio, 1994.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

Revisão conceitual voltada à análise ambiental e no estudo de culturas. Tectologia e níveis de decisão.

A Administração prática como ciência e arte. Integração dos pilares da administração e o mercado.

Adaptação do conteúdo vigente à realidade global.

Referências Básicas

A ser definida de acordo com o direcionamento da ementa e o programa definido para cada período

semestral. Realização e participação em seminários, palestras e debates.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINAS OPTATIVAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO



REDAÇÃO OFICIAL – 60 horas – 4 créditos

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

Referências Básicas

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. rev. e

atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. *Manual de Redação*. Brasília: Câmara dos

Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

Referências Complementares

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLORES, Lúcia Locatelli. *Redação oficial*. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. *Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização*. 3. ed. São

Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. *Correspondência: técnicas de comunicação criativa*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação.

Padronização e redação dos atos oficiais. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados.

Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

Referências Básicas

NORTON, Peter. *Introdução à informática*. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro:

LTC Editora, 1998.

Referências Complementares

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio

de Janeiro: LTC Editora, 2006.



LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. *Sistemas de informação com Internet*. Rio de Janeiro:

LTC Editora, 1999.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. São Paulo:

Saraiva, 2003.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. *Sistemas de informações gerenciais: estratégicas,*

táticas, operacionais. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TURBAN, Efraim; RAINER Jr., R. Kelly, POTTER, Richard E. *Administração de tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – 60 horas – 4 créditos

Estudo sistemático teórico-metodológico e práticas experienciais de Língua Brasileira de Sinais envolvendo a consciência ética da Libras como elemento para os processos de inclusão social.

Referências Básicas

FERNANDES, E. Surdez e bilingüismo. (org.) Eulália Fernandes – Porto Alegre: Mediação, 2005.

FERREIRA, L. Legislação e a Língua Brasileira de Sinais. (org.) Lucinda Ferreira – São Paulo: Ferreira & Bergonci consultoria e publicações, 2003.

LIMA, P A. & VIEIRA, T. Educação Inclusiva e Igualdade Social. (orgs.) Priscila Augusta Lima e Therezinha Vieira – São Paulo: Avercamp, 2006.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S.R. L. & TESKE, O. Letramento e minorias.

(orgs.) Ana Cláudia B. Lodi, Kathryn M. P. Harrison, Sandra R. L. de Campos, Ottomar Teske – Porto

Alegre: Mediação, 2002.

LUCKESI, M. R. C. Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas. Campinas/SP: Papirus, 2003.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SKLIAR, C. Atualidade da Educação Bilíngüe da Educação de Surdos. (org.) Carlos Skliar – Porto

Alegre: Mediação, v. 1, 1999.

_____. Atualidade da Educação Bilíngüe da Educação de Surdos. (org.) Carlos Skliar – Porto Alegre:

Mediação, v. 2, 1999.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



THOMA, A. da S. & LOPES, M. C. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. (orgs.) Adriana da Silva Thoma e Maura Corcini Lopes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ensino de língua portuguesa para

surdos: caminhos para a prática pedagógica / Secretaria de Educação Especial – Brasília/DF: MEC/SEESP, 2002.

MEC/BRASIL. Recomendação nº 01/10/2006.

_____. Decreto nº 5.625/2005.

_____. Portaria nº 3.284/2003.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

_____. Plano Nacional de Educação – 1999

_____. LDBEN nº 9.394/1996

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINAS ELETIVAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Empreendedorismo Governamental



Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico.

Referências Básicas

GERBER, Michael E. *Empreender Fazendo a Diferença*. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. *Planejamento Estratégico Municipal*:

empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

Referências Complementares

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos?* Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BANDEIRA, Cynthia. *Aprender a Empreender*. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. *Empreendedorismo e Estratégia*. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOLONCA, Davi. *Gestão por Resultados na Administração Pública*. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão da Qualidade no Setor Público

Considerações sobre o setor público. Qualidade: conceitos e princípios. Planejamento e controle da

qualidade. Ferramentas. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

Referências Básicas

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerência da qualidade total*. Rio de Janeiro: Bloch, 1990.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. *Administração de serviços*. Porto Alegre:



Bookman, 2000.

Referências Complementares

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC: gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia*. Belo Horizonte:

UFMG, Escola de Engenharia, 1994.

CORREIA, Henrique L.; CAON, Mauro. *Gestão de serviços*. São Paulo: Atlas, 2002.

DEMING, W. Edwards. *Qualidade: a revolução da administração*. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.

DEMING, William. Edwards. *Saia da crise: as 14 lições definitivas para controle de qualidade*. São

Paulo: Futura, 2003.

JURAN, Joseph M; GRZYNA, Frank M. *Controle da qualidade*. São Paulo: Makron: McGraw-Hill, 1991.

_____. *A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e*

serviços. São Paulo: Pioneira, 1992.

LOVELOCK Christopher; WRIGHT Lauren. *Serviços: marketing e gestão*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHMENNER, Roger W. *Administração de operações em serviços*. São Paulo: Futura, 1999.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública

Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas

e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas

redes híbridas.

Referências Básicas

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) *Arranjos produtivos locais e*

as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). *Governar em rede: o novo formato do setor público*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Esta é uma publicação da ENAP).

Referências Complementares

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.).

Redes Sociais e Organizacionais em Administração. Curitiba: Juruá, 2008.



CRUZIO, Helnon de Oliveira. *Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento*. Rio de Janeiro:

Editora FGV, 2006.

FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis M. *Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de*

saúde, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NETO, João Amato. *Redes Entre Organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHLITTLER, Célia Regina Belizia. *Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a transformação social*. São Paulo: Global Editora, 2004.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Análise e Prospecção de Problemas Nacionais

Problemas Nacionais contemporâneos: métodos de identificação, caracterização, análise e prospecção.

Políticas públicas para abordagem dos Problemas Nacionais: interdependência e interfaces entre Poderes e níveis de governo. Temas em destaque: desigualdades sociais e pobreza; a questão ambiental

e da Amazônia e seu caráter estratégico; a Reforma Sanitária, o Sistema Único de Saúde e dilemas na

sua implementação; Educação para a Cidadania: acessibilidade e qualidade.

Referências Básicas

SANCHES Ross, Jurandyr. *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP 2005.

VIANA, Ana Luiza, ELIAS, P. Eduardo, IBÁÑEZ, Nelson (Orgs.). *Proteção Social: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec, 2005.

Referências Complementares

BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes (Orgs.) *Amazônia: Natureza e Sociedade*

em Transformação. São Paulo: Edusp, 2009.

BEHRING, Elaine B.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora. 2008.

CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo; GARCIA, Ronaldo (Eds.). *Brasil: o estado de uma nação*.

IPEA: Brasília, 2007. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_estadonacao2007.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2009.

JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*.

Brasília:

IPEA, 2005.

LIMA, Nísis Trindade *et al* (Org.). *Saúde e Democracia*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.



RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUSA, Nali de Jesus de. *Evolução da Educação no Brasil*. Rev. Anal.

Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago-dez, p. 339-358. 2005. Disponível em:

<http://www.nalijsouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2009.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política*

educacional. 5. ed. Editora Autores Associados, 1998.

SENA, Paulo. *A legislação do Fundeb*. Cadernos de Pesquisa, vol.38 n.134 São Paulo may/aug. 2008.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000200004&script=sci_arttext&lng=pt)

[15742008000200004&script=sci_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000200004&script=sci_arttext&lng=pt)>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILÉ Eveline (Orgs.). *Conselhos participativos e escola*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SICSÚ, João (Org.). *Arrecadação – de onde vem? E Gastos Públicos – para onde vão?* São Paulo:

Boitempo Editorial, 2007.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. *A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil*. Rio de

janeiro: Revan, IUPERJ, 1998.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Licitação, Contratos e Convênios

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão

eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e



deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

Referências Básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo, Atlas, 2009.
MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas licitações e contratos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

Referências Complementares

CRUZ, Flávio da (Coord). *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA DE NIVELAMENTO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

MATEMÁTICA BÁSICA – 60 horas – 4 créditos

Conjuntos e Relações. Potenciação, Radiação, Logaritmo e Exponencial. Produtos Notáveis. Razão,

Proporção e Porcentagem. Frações. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º grau.

Aplicações.

Referências Básicas

LEITHOLD, Louis. *Matemática Aplicada à Economia e Administração*. São Paulo: Harbra, 1988.

BEZERRA, Manoel J.; PUTNOKI, José Carlos. *Novo Bezerra: Matemática (2º Grau)*. Volume Único.

4. ed. São Paulo: Scipione, 1996.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-
000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



Referências Complementares

WEBER, Jean E. *Matemática para Economia e Administração*. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do

Brasil, 1986.

ALENCAR FILHO Edgar de. *Teoria Elementar dos conjuntos*. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1974.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo 3

Corpo Docente que Participa da Gestão do

Curso

Coordenação do Curso CARLOS VICENTE

JOAQUIM

MESTRADO EM POLÍTICAS

PÚBLICAS

BEL. EM ADMINISTRAÇÃO

COM HABILIT. EM SIST. DE

INFORMAÇÃO;

BEL. EM CIÊNCIAS

CONTÁBEIS.

MESTRE 40H/DE

Coordenação de Estágios VERÇULINA FIRMINO

DOS SANTOS

DOUTORADO EM

ADMINISTRAÇÃO

BEL. EM ADMINISTRAÇÃO

DOUTORA 40H/DE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo 4

Regimento de Estágio

TÍTULO I



DA FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO

CAPÍTULO I

DA FUNDAMENTAÇÃO

Art. 1º A principal característica da atuação profissional do Administrador é a visão ampliada que lhe permita a fundamentação de decisões de terceiros em assuntos de gestão os mais variados, bem como na fundamentação de suas próprias decisões, enquanto no papel de gestor, levando em consideração as reações específicas: no curto, no médio e no longo prazo.

Art. 2º o aspecto científico, fundamentado nas Funções Administrativas de Planejamento, de Organização, de Direção e de Controle, deve aliar-se ao aspecto da arte, fundamentado nas Funções Técnicas inerentes a: Gestão, Planejamento, Finanças, Produção, Mercadologia, Sistemas de Informação e Logística, pelo menos, observadas as condições ambientais, econômicas e psicossociais para, assim, permitir decisões cada vez mais aproximadas da certeza de sucesso.

Art. 3º O Estágio Supervisionado contará, pelo aspecto da ciência, com o acompanhamento de um Supervisor Didático; pelo aspecto da arte, com o acompanhamento de um Supervisor Técnico, ambos passando a denominarem-se orientadores, exatamente para permitir a provocação capaz de induzir a ampliação da capacidade de: pesquisar, analisar, decodificar, fundamentar; e decidir.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º O Objetivo do Estágio Supervisionado em Administração é a promoção e o desenvolvimento da capacidade de pesquisar e fundamentar, visando ao discernimento quanto a decisões específicas do amplo mundo da gestão, quer ao nível da arte; quer ao nível da ciência, respeitando-se a preferência de cada discente em termos de campo e local de atuação, mas induzindo a proximidade com a especialização profissional, através de: **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

I. pesquisa e reconhecimento da realidade sócio-cultural, econômica, tecnológica e ambiental do húmus organizacional inerente ao campo de atuação escolhido, ou representativo de uma necessidade humana qualquer e inerente à Administração;

II. aprimoramento da análise crítica da realidade das organizações, de forma a identificar-se e atuar como elemento transformador dos ambientes organizacionais;

III. adequação e ampliação dos fundamentos científicos coletados ao longo do ciclo acadêmico, visando a melhor integrar a fundamentação e/ou a tomada de decisões;

IV. elaboração e análise da viabilidade econômica de Projetos, além da consequente implementação dos mesmos, foco atual de atuação de qualquer Administrador.

§ 1º O Estágio assim definido não se confunde com o Estágio Curricular previsto na legislação pertinente, nem com ele deve competir em termos de carga horária ou remuneração, esta, quando presente, representando contrapartida a despesas de



locomoção e alimentação, preservada a ausência de vínculo empregatício do Estagiário em relação à organização que o acolhe como tal, quando for o caso.

§ 2º A conclusão do Estágio dar-se-á com a elaboração de uma peça monográfica a ser publicamente defendida – Relatório, ou Monografia propriamente dita – alvo de duas avaliações, pela banca: do trabalho escrito e da apresentação.

TÍTULO II

DO CAMPO E DO LOCAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 5º O campo do Estágio Supervisionado deve ser entendido como qualquer uma das grandes áreas de atuação do Administrador já definidas no Art. 2º, bem como em demais matérias presentes no Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

§ 1º - O Campo é da livre escolha do discente, a partir da identificação de uma necessidade humana qualquer que possa constituir tema para estudo, devidamente problematizada e fundamentada em referencial teórico, capaz de induzir hipóteses de solução, que possam resultar na identificação de objetivos – gerais e específicos, sempre que couber – além de justificável a busca pela viabilidade: ambiental; econômica e/ou psicossocial.

§ 2º - Os Seminários Temáticos realizados nos módulos I, II, III e IV, servirão de base a subsidiar a escolha do campo a ser pesquisado quando da realização da elaboração do projeto de pesquisa a ser desenvolvido durante o Estágio Supervisionado.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO II

DOS LOCAIS DE ESTÁGIO

Art. 6º O local deve ser considerado como todo e qualquer ambiente adequado ao seu desenvolvimento, de forma substantiva, representativo de: pesquisa de campo e seus desdobramentos; além de pesquisa bibliográfica, pura e simples; sempre observados os aspectos metodológicos: da pesquisa; e do trabalho científico.

Art. 7º Quando definido pela pesquisa de campo e seus desdobramentos, O Estágio Supervisionado deverá ser levado a efeito em organização pública ou privada que seja capaz de adequadamente contemplar um dos grandes campos de atuação do Administrador.
Parágrafo Único - A fim de garantir a livre escolha do discente em relação ao Local do Estágio Supervisionado, a Coordenação do Curso de Administração deverá manter atualizado um Banco de Organizações previamente selecionadas e em condições para tal, inclusive através da celebração de convênio ou acordo de cooperação mútua.

TÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete à Coordenação do Curso de Administração, ou sua equivalência:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



- I. Zelar pela atualização do Banco de Organizações aptas para atuar como local de Estágio Supervisionado;
- II. Encaminhar aos gestores das organizações, escolhidas como Local de Estágio, documento capaz de promover a designação de Orientador Técnico, através do próprio discente;
- III. Seguindo indicação exclusiva do discente, elaborar e encaminhar o Termo de Aceitação para concordância do Orientador Didático, também através do próprio discente;
- IV. A vinte dias do final do VIII (oitavo) módulo, após consulta aos Orientadores Didáticos, designar Bancas Examinadoras;
- V. Tão logo compostas as Bancas Examinadoras, elaborar calendário de defesa dos trabalhos monográficos resultantes dos Estágios Supervisionados;
- VI. Providenciar local adequado para as defesas, bem como a presença de material de apoio e exemplares das Atas a serem preenchidas pelos componentes da Banca;
- VII. Receber três exemplares de cada trabalho monográfico concluído, encaminhando um a cada componente da Banca, com antecedência de 15 dias da data da defesa pública;
- VIII. Zelar pelo cumprimento dos prazos assim definidos, fator que poderá decidir pela aprovação ou pela reprovação do discente;
- IX. Recolher integralmente as Atas e lançar as notas finais de cada discente, encerrada a fase de defesas públicas;
- X. Encaminhar a abertura de procedimentos administrativos, sempre que detectadas anomalias durante as defesas públicas, principalmente o plágio em peças monográficas;

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

XI. Tão logo concluído o VIII (oitavo) módulo, encaminhar à Biblioteca da UFRR um exemplar de cada Trabalho Monográfico apresentado, para constituir acervo daquela unidade;

XII. Zelar pela elaboração e atualização de todos os documentos necessários ao bom controle e definição de responsabilidades inerentes ao Estágio Supervisionado.

Art. 9º - Compete ao discente:

- I. Participar dos Seminários Temáticos, promovidos durante os módulos I, II, III e IV e desenvolver as atividades do Estágio Supervisionado ou trabalho monográfico durante os módulos V, VI, VII e VIII;
- II. Entender e aceitar o Estágio Supervisionado como fator determinante para identificação de uma necessidade humana qualquer; problematizá-la; adequá-la enquanto Tema, delimitando-o; definir o marco ou referencial teórico; definir hipóteses básicas de solução; definir objetivos gerais e específicos; justificar; definir e anexar Cronograma de Atividades; tudo no contexto metodológico abrangido pelas Normas



- Brasileiras – ABNT - concomitantemente com as Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos aprovados pela UFRR;
- III. Pesquisar e rever a Bibliografia a ser utilizada como ferramenta de estudo e/ou comparação, fazendo-a constar do Projeto de Pesquisa, bem como, do Relatório Final ou da Monografia;
- IV. Uma vez optando por pesquisa de campo – estágio propriamente dito, tão logo iniciado o módulo V, procurar a Coordenação do Curso, sua equivalência ou docente responsável pela disciplina – a fim de: consolidar a escolha do Local do Estágio; obter os documentos de encaminhamento à aceitação dos Orientadores Didático e Técnico; colher as assinaturas dos Orientadores; devolver a documentação assinada à Coordenação do Curso – ou sua equivalência;
- V. Rever o cronograma de trabalho e dar início à atividade de pesquisa propriamente dita, mantendo estreito contato com os dois Orientadores, quando for o caso;
- VI. Disciplinar-se para entregar o resultado da pesquisa, através das peças monográficas já elencadas, de acordo com a Metodologia vigente, ao Coordenador do Curso, sua equivalência ou docente responsável pela disciplina, acompanhadas do parecer do Orientador Técnico, quando for o caso, ao Orientador Didático, com antecedência de 25 (vinte e cinco) dias da previsão para a defesa pública, independentemente do mérito quanto ao Orientador Didático encaminhar – ou não – o discente para a defesa pública;
- VII. Estar ciente de que a defesa pública é o auge da sua vida acadêmica e que deve ser compartilhada com a maior platéia possível, constituindo teste definitivo para o seu contato com o mundo administrativo, induzindo-se o preparo adequado, principalmente ao nível da elaboração de projetos economicamente viáveis;
- VIII. Fazer entrega de três exemplares da peça monográfica, encadernada em forma espiralada, até o prazo descrito anteriormente;
- IX. Estar ciente de que o plágio é crime e que se sujeita às sanções legais se o permitir ou a ele der causa sob qualquer pretexto;
- X. Até 120 horas após a defesa pública e uma vez resultada em aprovação, providenciar a edição de três exemplares da peça monográfica, devidamente revisada, em capa dura preferencialmente na cor azul marinho, com inscrições em letras douradas, inclusive na lombada, bem como acompanhada da Ficha Catalográfica.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 - Compete ao Docente Orientador Didático do Estágio Supervisionado:

- I. informar ao discente sobre presente Regimento de Estágio Supervisionado, desdobramentos e responsabilidades envolvidas, além da necessidade de conhecimento das Normas Técnicas abrangendo a Metodologia do Trabalho Científico e das Normas para Elaboração de Monografias da UFRR;
- II. provocar o discente para que identifique a necessidade humana que pretende



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



problematizar, orientando-o para a delimitação do tema, para a busca das hipóteses básicas de solução, para a definição dos objetivos e para a justificativa, a tempo de elaborar-se o Cronograma de Atividades capaz de concluir e constituir indicativo para a aprovação do projeto;

III. avaliar o Projeto de Pesquisa de acordo com os objetivos da Disciplina, julgando se apto ou não a ser desenvolvido;

IV. assinar Termo de Aceitação, uma vez consciente de estar apto para a orientação;

V. provocar a elaboração de questionários de pesquisa, orientando a sua validação;

VI. não permitir que o discente se mantenha fora de contato, imediatamente comunicando à Coordenação do Curso, sua equivalência ou docente responsável pela disciplina, caso aconteça por mais de trinta dias;

VII. orientar a revisão da peça monográfica antes de a mesma ir à defesa pública, inclusive não permitindo que lá chegue, em caso de inconsistência insanável;

VIII. presidir a Banca Examinadora, conduzindo e finalizando os trabalhos, além de orientar o registro de anomalias, na Ata, quando for o caso.

IX. observar e cumprir os prazos contidos no presente regulamento e cobrar seu cumprimento por parte do discente;

Art. 11 - Compete ao Orientador Técnico, quando for o caso:

I. Tomar conhecimento do projeto de estágio do discente, zelando pelo cumprimento do cronograma contido no mesmo;

II. Promover o controle da frequência diária do Estagiário, no horário correspondente ao tempo a ser cumprido no local do estágio;

III. Zelar para que seu orientado cumpra atividades estritamente ligadas ao Campo do Estágio, conforme definido no Projeto;

IV. Elaborar Relatório de Regularidade de Estágio que identifique, além da assiduidade e pontualidades, condições de potencialidades demonstradas pelo Estagiário;

V. Jamais utilizar o Estagiário como mão-de-obra específica, sob qualquer pretexto.

Art. 12 - Compete à Banca Examinadora, necessariamente sob a presidência do Orientador Didático, composta por três membros, dentre eles o Presidente, consideradas duas etapas distintas:

I. Recepcionar exemplar da peça monográfica, com antecedência de 15 (quinze) dias do marcado para a defesa pública;

II. Analisar o documento escrito, em função da conformidade e coerência com: Referencial Teórico; Tema; Problema; Hipóteses; Objetivos; e Justificativa, bem como

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

da coerência textual e metodológica, tomando por base Normas ABNT e Manual de Elaboração de peças monográficas em vigor na UFRR;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



- III. analisar a defesa pública do trabalho monográfico, agora considerando o aspecto de desenvoltura e consistência que demonstre a coerência com o trabalho escrito, bem como a desenvoltura na apresentação;
- IV. conceder nota para cada uma das etapas distintas, de 1,00 a 5,00, somando-as e dividindo o resultado por 2 para obter a média parcial de cada avaliador;
- V. somar as médias parciais e dividir pelo número de avaliadores, para obter a Nota do discente na disciplina;
- VI. em sendo detectada qualquer anomalia como, por exemplo, plágio, fazer constar da Ata e encaminhar à Coordenação do Curso, ou equivalência, para as providências administrativas correspondentes;
- VII. encerrados os trabalhos da defesa pública e consequente avaliação, o Presidente da Banca deverá encaminhar a Ata de Defesa à Coordenação do Curso, sua equivalência ou docente responsável pela disciplina, para o lançamento da Nota do discente na súmula de notas.

**TÍTULO IV
DA AVALIAÇÃO**

Art. 13 - A avaliação do Estágio Supervisionado corresponderá ao somatório das notas atribuídas por cada membro da banca ao trabalho escrito – de 1,00 a 5,00 (um a cinco) – bem como à defesa pública propriamente dita – 1,00 a 5,00 (um a cinco) – que serão horizontalmente somadas e divididas por dois, resultando em médias parciais que, verticalmente somadas e divididas pelo número de examinadores, resultará em aprovação se a média resultante for igual ou superior a 7,00 (sete).

Parágrafo Único: Caso o discente/Estagiário venha a ter relatada conduta desidiosa pelo Orientador Técnico e/ou comportamento não condizente com a seriedade acadêmica da atividade, poderá ter seu encaminhamento à defesa pública indeferido, pelo Orientador Didático, encaminhando-se a fundamentação ao Coordenador do Curso, sua equivalência ou docente responsável pela disciplina, para lançamento da condição de reprovação.

**TÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14 - A empresa que deixe evidenciado estar utilizando o discente como estagiário normal, ou, particularmente, como mão-de-obra, deverá ser imediatamente alvo de inspeção e ter a condição esclarecida junto à Administração Superior da mesma, com vistas a adequar-se a situação e evitarem-se constrangimentos mútuos.

Parágrafo Único: Persistindo a condição aventada no caput, no período seguinte, tão logo concluído o Estágio Supervisionado a empresa infratora deverá ter seu credenciamento suspenso, através fundamentação encaminhada à mesma Administração Superior, a qual somente poderá pleitear nova participação, depois de decorridos dois anos do fator reincidente.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez, 2413 - Bairro Aeroporto – Boa Vista/RR - CEP: 69.304-000 - Fone: (95) 3621-3108 Fax: (95) 3621-3101



Art. 15 - Cada docente, independentemente de titulação, não deverá orientar mais que cinco discentes de cada turma.

Art. 16 - Os casos omissos serão encaminhados oficialmente à avaliação e decisão do colegiado do Curso, cabendo os recursos da praxe.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODALIDADE A DISTÂNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo 5

Disciplinas Eletivas

- 01 Modelagem e Simulação
- 02 Marketing Governamental
- 03 Jogos Organizacionais para o Setor Público
- 04 Controle Interno
- 05 Comércio Internacional
- 06 Fontes de Financiamento Público
- 07 Direito Internacional
- 08 Responsabilidade Social e Terceiro Setor
- 09 Direito do Consumidor
- 10 Gestão de Cooperativas
- 11 Gestão de Vigilância Sanitária

Obs.: A carga horária das disciplinas eletivas poderá ser de 30 ha ou 60 ha conforme a carga horária de atividades práticas e o período em que for ofertada.